



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

## Processo Legislativo Nº 734/2021

### Projeto de Lei Nº 2.387/2021

**Ementa:** “ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 2.737 DE 07 DE JULHO DE 2014, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM E O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – FMDM, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CONFORME ESPECIFICA.”

**Iniciativa:** Prefeito Municipal

## PARECER CJR Nº 116/2021

### I – RELATÓRIO

A comissão de Justiça e Redação examina o projeto de lei nº 2.387/2021, de iniciativa do Prefeito Municipal, que “ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 2.737 DE 07 DE JULHO DE 2014, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM E O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – FMDM, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CONFORME ESPECIFICA.”

Justifica o Exmo. Prefeito que se faz necessária a atualização da Lei nº 2737/2014, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, para prever o aumento de membros de 12 para 20, bem como a forma de escolha dos representantes de organizações não governamentais que atualmente são indicados pelo chefe do Executivo e segundo a nova redação, passarão a ser eleitos em assembleia específica.

Argumenta ainda que foram inseridas quatro Secretarias com representação no COMDIM, a Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Governo e Procuradoria-Geral do Município.

### II – ANÁLISE

Segundo o inciso I do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, compete a Comissão de Justiça e Redação analisar matérias levando em consideração os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, da técnica legislativa, conforme segue:

*“Art. 52 Compete:*

*I - à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração da redação final, na conformidade do aprovado, salvo as*

Assinado por **Aparecido Ramos Estevao, VEREADOR** em 28/05/2021 as 10:07:15.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

*exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º; Art. 158; Art. 159, III e Art. 163, § 2º);”*

Tendo em vista o Art. 30, inciso I da Constituição Federal e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, através do Art. 5º, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local.

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

Em consideração ao Art. 40, § 1º, “a” da Lei Orgânica do Município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria do Prefeito, conforme consta abaixo:

*“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:*

*§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:*

*b) do Prefeito;”*

No mesmo fundamento, a Lei Orgânica do Município de Araucária demanda no art. 41, que é de competência do Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:

*“Art. 41 Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:*

*(...)*

*V – criem e estructurem as atribuições de entidades da administração pública, direta e indireta.”*

Logo, o presente Projeto de Lei, está em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Araucária.

Em atendimento a lei complementar nº 95 de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, esta relatoria sugere uma emenda modificativa para melhor adequação e entendimento da redação.

### III – VOTO

Diante das razões citadas acima, e levando em consideração a emenda modificativa apresentada, não foram encontrados impedimentos que limitem a tramitação do presente Projeto de Lei, sendo assim, considerando os aspectos da

Assinado por **Aparecido Ramos Estevao, VEREADOR** em 28/05/2021 as 10:07:15.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

legalidade, juridicidade e técnica legislativa, no que cabe a Comissão de Justiça e Redação analisar, **sou favorável ao trâmite normal do Projeto de Lei ora apresentado.**

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE

**Ver. Aparecido da Reciclagem**

Relator CJR



Assinado por **Aparecido Ramos Estevao, VEREADOR** em 28/05/2021 as 10:07:15.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 2.387/2021**

**Art. 1º** Modifica-se o § 1º do Art. 3º passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art 3º (...)*

*§ 1º Cada conselheiro terá mandato de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de nomeação, cabendo recondução no caso de representantes governamentais e reeleição no caso de representantes da sociedade civil.”*

**Art. 2º** Modifica-se o inciso I (as Comissões Temáticas terão caráter consultivo...) do § 2º do Art. 4º, a ser alterado para § 3º, renumerando os demais.

**JUSTIFICATIVA**

Recomendo as alterações acima, para que cumpra as determinações da Lei Complementar nº 95, 26 de fevereiro de 1998.

ASSINADO DIGITALMENTE

**Ver. Aparecido da Reciclagem**

Relator CJR



Assinado por **Aparecido Ramos Estevao, VEREADOR** em 28/05/2021 as 10:07:15.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

### VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada no dia 01 de junho de 2021 no Plenarinho da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Ben Hur de Oliveira e Pedro de Lima, membros da Comissão de Justiça e Redação, votaram favoráveis ao Parecer nº 116/2021-CJR referente ao Projeto de Lei nº 2387/2021.

Araucária, 01 de junho de 2021.



Assinado por **Ben Hur Custodio De Oliveira, Vereador** em 02/06/2021 as 08:36:40.  
Assinado por **Pedro Ferreira De Lima, VEREADOR** em 02/06/2021 as 13:58:42.